

**Decisão.** Reunião foi realizada ontem, na sede do Ministério Público

# Parque da Petrobras: vitória dos moradores

Instituto Jones dos Santos Neves  
Biblioteca A J00624

FOTOS: EDSON CHAGAS

**Petrobras, Ministério Público e Prefeitura de Vitória informam hoje à Justiça o tamanho da área**

**CLAUDIA FELIZ**

cfeliz@redegazeta.com.br

■ ■ Depois de muita polêmica, a Petrobras, a Prefeitura de Vitória e o Ministério Público Estadual fecharam, ontem, um acordo que assegura a construção de um parque com 15 mil m<sup>2</sup> no Barro Vermelho, como parte das medidas que viabilizam a construção da sede da empresa de petróleo e gás na Capital.

O acordo será comunicado hoje ao juiz da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Cristóvão Pimenta. Na última terça-feira, ele determinou o embargo das obras da sede da Petrobras, um investimento de R\$ 486 milhões, acatando solicitação do MP, porque a área do parque, contrariando termo previamente estabelecido, havia sido reduzida de 15 mil m<sup>2</sup> para 5 mil m<sup>2</sup>.

Ficou acertado que o parque não mais será dividido, porque não será realizada a obra de prolongamento da Rua Guilherme Serrano, do Barro Vermelho, que se ligaria à Rua Chapot Presvot, na Praia do Canto. "A empresa reconheceu que procedem os argumentos do Ministério Público", disse o promotor Gustavo Senna, deixando claro que o MP analisará outras situações decorrentes do empreendimento.

Uma delas, diante de questionamentos da comunidade, deve ser o uso da Rua Chapot



**OBRA.** Acordo assegura a construção de um parque com 15 mil m<sup>2</sup> no Barro Vermelho

## Parque da polêmica

■ **Impacto.** Para aprovação do licenciamento da obra da nova sede da Petrobras, em 2004, foi elaborado um Relatório de Impacto Urbanístico e foram apontadas as medidas de compensação que deveriam ser cumpridas, entre elas a construção de um parque público de 15 mil m<sup>2</sup>, mantido, em 2006, pelo Conselho do Plano do Diretor Urbano (PDU) da Cidade

■ **Mudança.** Em 2006, após termo de compromisso

assinado entre a PMV, a Petrobras e a Santa Casa, a área foi reduzida para cerca de 5 mil m<sup>2</sup>, sem conhecimento dos moradores e do Ministério Público

■ **Reação.** O MP abriu um inquérito civil neste ano para investigar a redução da área do parque e outras questões relativas ao meio ambiente. Diante dessa medida, Petrobras e PMV recuaram e aumentam área

para 10 mil m<sup>2</sup>. Como ainda não correspondia à área acertada, anteriormente, o MP acionou a Justiça

■ **Parado.** A Justiça acatou a denúncia do Ministério Público no último dia 10, e determinou o embargo da obra de construção da sede da Petrobras. No mesmo dia, a empresa entregou o projeto que atende à área de 15 mil m<sup>2</sup>. Só ontem, porém, o acordo entre o MP, a Petrobras e a prefeitura foi firmado

Presvot para acesso de 100 veículos/dia à sede da Petrobras, beneficiando empregados da empresa que residem na região. Também está sendo proposto que, num trecho de 100 metros da Rua Guilherme Serrano, trafeguem moradores de

duas das quatro torres de um condomínio residencial.

O secretário de Desenvolvimento da Cidade, Kleber Frizzera, diz que, com os ajustes, a área cedida ao parque e às vias públicas totalizará 25.500 m<sup>2</sup>, 400 m<sup>2</sup> a mais do que havia sido estabe-

lecido anteriormente.

O presidente da Associação de Moradores do Barro Vermelho e Santa Luiza, Deusdith Dias, lamentou o fato de a comunidade não ter participado da reunião, mas elogiou as ações do MP e da Justiça.